

Receitas extras elevam superávit do Tesouro

Saldo positivo primário em 98 triplicou ante 97; concessão de telefonia rendeu R\$ 9,4 bilhões

LU AIKO OTTA

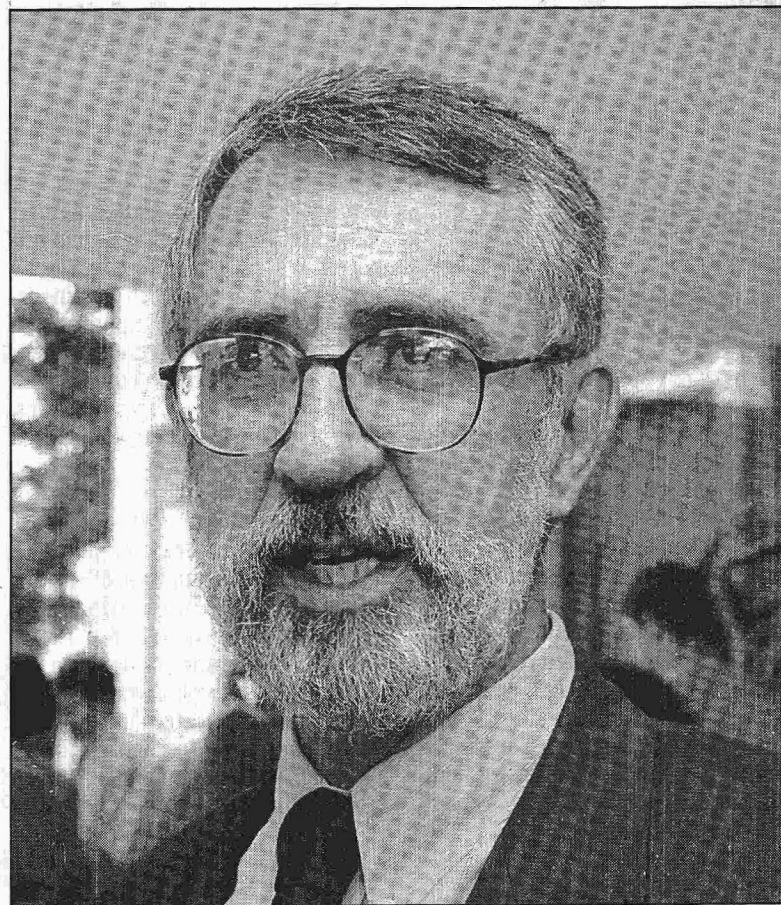
BRASÍLIA – O Tesouro Nacional registrou em 1998 um superávit primário – receitas menos despesas não-financeiras – de R\$ 12,887 bilhões. Esse saldo positivo é três vezes maior que o de 1997.

O bom desempenho deveu-se principalmente ao recolhimento de receitas extraordinárias. Só com concessões de telefonia foram arrecadados R\$ 9,4 bilhões. A maior disponibilidade de recursos permitiu até que as despesas crescessem 11,6% em relação a 97. Em dezembro, o resultado primário foi positivo em R\$ 3,497 bilhões.

O superávit do Tesouro em 98 compensou o déficit de R\$ 7,4 bilhões da Previdência Social. Dessa forma, as contas do governo federal (Tesouro, Previdência e Banco Central) atingiram em 98 um superávit de R\$ 5,8 bilhões, graças, também, ao superávit da ordem de R\$ 300 milhões nas contas do BC.

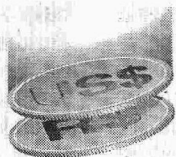
Assim, foi superada a meta acordada com o Fundo Monetário Internacional (FMI), de um superávit primário de R\$ 5,025 bilhões para as contas primárias.

Em 98, as receitas chegaram a R\$ 137,668 bilhões, um crescimento de 18,7% em relação a 97. O aumento na arrecadação decorreu, principalmente, da concessão da banda B da telefonia celular, que rendeu R\$ 4,1 bilhões, e do Sistema Telebrás, vendida por R\$ 5,3 bilhões.



Dida Sampaio/AE

Guimarães: pagamento de sentenças judiciais complicou as despesas



META
ACERTADA COM
O FMI FOI
CUMPRIDA

Além disso, houve aumento no pagamento de dividendos por parte das estatais federais, que praticamente triplicou em relação a 1997, somando R\$ 2,370 bilhões.

O Tesouro também passou a registrar os saldos da conta petróleo e álcool a partir de junho, o que rendeu R\$ 1,8 bi-

lhão adicional.

Outras medidas fiscais adotadas no fim de 97, como a elevação da alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) de 25% para 27,5%, também contribuíram para o crescimento das receitas.

Despesas – As despesas do governo federal também aumentaram. Passaram de R\$ 111,81 bilhões em 97 para R\$ 124,781 bilhões em 98. Os gastos com custeio e investimento cresceram 12,8%, chegando a R\$ 43,775 bilhões.

Segundo o secretário do Tesouro Nacional, Eduardo Guimarães, esse aumento deve-se a despesas atípicas, como o pagamento de sentenças judiciais perdidas pela União e a destinação de recursos mais elevados para programas de combate à seca no Nordeste e o aumento dos repasses para o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef).

Os gastos com

peçoal e encargos do governo federal chegaram a R\$ 45,895 bilhões, um aumento de 9,8% na comparação com 1997.

A principal explicação para o crescimento foi a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de conceder reajuste de 28,86% aos funcionários públicos, referentes a perdas no Plano Bresser.

Houve, também, a reestruturação de salários de algumas carreiras do funcionalismo público e o chamado crescimento vegetativo, que são os aumentos automaticamente incorporados aos salários.

Mesmo havendo crescimento nas despesas, o secretário Eduardo Guimarães insiste que houve “esforço fiscal” por parte do governo. “Saímos de um superávit primário de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em 97 para 1,4% em 98”, observou. Ele informou que houve corte de R\$ 9 bilhões no valor previsto no Orçamento para as despesas de custeio e investimento.

Privatização – Em 98, as vendas brutas do Programa Nacional de Desestatização (PND) somaram R\$ 27,196 bilhões, dos quais R\$ 15,448 bilhões foram financiados e o restante, pago a vista.

Debitados acertos entre o Tesouro e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), valores bloqueados em bolsa e pagamentos aos alienantes (BNDES e Eletrobrás), ingressaram no caixa do Tesouro, como resultado das privatizações, R\$ 11,374 bilhões.

A maior parte desse dinheiro,

R\$ 11,012 bilhões, foi para amortizar a dívida interna e R\$ 344 milhões, a externa. Resta ainda um saldo na conta única do Tesouro da ordem de R\$ 17 milhões.

VENDA DE
ESTATAIS
RENDEU
R\$ 27 BILHÕES